

II PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O PROGRAMA DE
RESIDÊNCIA JURÍDICA E CONTÁBIL DO TCE/AM

CADERNO DE PROVAS
OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Este CADERNO DE PROVAS é composto por: 30 (trinta) QUESTÕES OBJETIVAS de múltipla escolha, sendo 10 (DEZ) QUESTÕES DE CONHECIMENTOS BÁSICOS e 20 (VINTE) QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS; 02 (DUAS) QUESTÕES DISCURSIVAS, dividida em subitens; espaço para RASCUNHO; e FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva.
2. Mantenha a integridade do CADERNO DE PROVAS e não destaque nenhuma de suas folhas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no CADERNO DE PROVAS, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal a troca do caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. Após 30 minutos do início da prova, o fiscal iniciará a entrega do CARTÃO DE RESPOSTAS personalizado para as questões da Prova Objetiva.
5. A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS da Prova Objetiva e das FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva. Portanto, controle seu tempo, observando a informação indicada pelo fiscal da sala no quadro branco.
6. Iniciada a Prova, **nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida 1h (uma hora)** de prova.
7. Caso seja necessária a utilização do sanitário, solicite permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais.
8. Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, DEVOLVER o CADERNO DE PROVAS e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao fiscal, bem como ASSINAR A LISTA DE FREQUÊNCIA ao entrar na sala.
Para tanto, sinalize previamente com a mão e aguarde a autorização do fiscal.
9. Após, retire-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não devendo permanecer nas dependências deste nem utilizar os sanitários.

10. Os **três últimos candidatos deverão permanecer na sala** para que todos assinem a Ata, atestando a idoneidade da finalização da prova.
11. Use os espaços de Rascunho, se assim desejar, para fazer os esboços de suas respostas. Entretanto, o CARTÃO DE RESPOSTAS e as FOLHAS DE RESPOSTAS serão os únicos documentos válidos para correção.
12. **Não será permitido ao candidato o direito de levar consigo o caderno de questões**, sendo permitida a transcrição das respostas objetivas **apenas nos 30 minutos antes do término do tempo da prova**, desde que disponibilizado cartão para transcrevê-las.

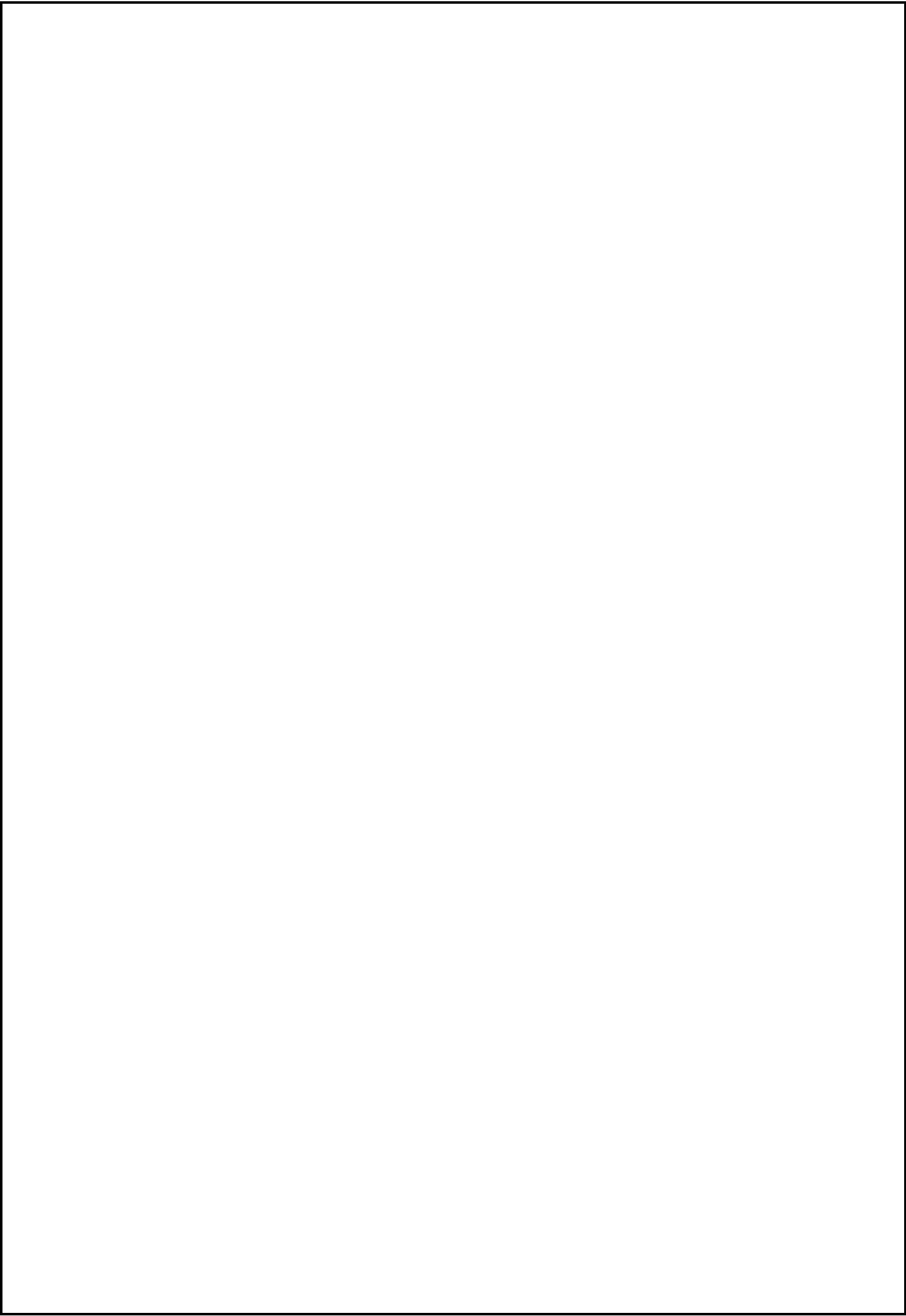
Orientações específicas quanto à Prova OBJETIVA:

1. É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO DE RESPOSTAS.
2. Ao receber o CARTÃO DE RESPOSTAS, **assine-o conforme o documento apresentado**.
3. Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. Transcreva as respostas da Prova Objetiva para o CARTÃO DE RESPOSTAS preenchendo todo o círculo, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, na **cor preta**.
Assinale assim: 
5. Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO DE RESPOSTAS, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
6. NÃO dispomos de CARTÃO DE RESPOSTAS para substituir em caso de erro ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-lo.

Orientações específicas quanto à Prova DISCURSIVA:

1. As FOLHAS DE RESPOSTAS não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem conter qualquer tipo de marcas ou sinais de sua identificação.
2. Use as FOLHAS DE RESPOSTAS para desenvolver sua Prova Discursiva, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, **na cor preta**.
3. Em hipótese alguma haverá substituição das FOLHAS DE RESPOSTAS por erro do candidato ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-las.

Boa Prova!



PROVA OBJETIVA
CONHECIMENTOS BÁSICOS

1) Durante fiscalização realizada pela Controladoria de determinado Estado, verificou-se que um órgão da administração pública estadual disponibilizava em seu site institucional diversos relatórios e dados administrativos. Contudo, o órgão não possuía serviço presencial de atendimento ao cidadão para orientação sobre acesso à informação, tampouco havia estrutura destinada ao protocolo de requerimentos de acesso à informação.

Ao justificar a situação, a administração alegou que a divulgação de informações pela internet seria suficiente para cumprir as exigências da Lei de Acesso à Informação.

À luz da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- a) A atuação do órgão é regular, pois a divulgação de informações em meio eletrônico dispensa a criação de serviço específico de atendimento ao cidadão.
- b) A atuação do órgão é regular, pois a Lei de Acesso à Informação não exige estrutura administrativa específica para atendimento ao público.
- c) A atuação do órgão é regular, pois o atendimento presencial para acesso à informação somente é exigido para órgãos da administração federal.
- d) A atuação do órgão é irregular apenas se houver recusa expressa de fornecimento de informação solicitada por cidadão.
- e) A atuação do órgão é irregular, pois a Lei de Acesso

à Informação exige a criação de serviço de informações ao cidadão destinado, entre outras funções, a orientar o público e protocolizar requerimentos de acesso à informação.

2) Com base na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), analise as assertivas a seguir.

I – As pessoas jurídicas respondem objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício.

II – A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de dirigentes ou administradores que tenham participado do ato ilícito.

III – Nas hipóteses de fusão ou incorporação, a responsabilidade da empresa sucessora restringe-se ao pagamento de multa e à reparação integral do dano, até o limite do patrimônio transferido, não se aplicando as demais sanções relativas a fatos anteriores, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

Assinale a alternativa correta.

- a) V – F – V
- b) V – V – F
- c) F – V – V
- d) F – F – V
- e) V – F – F

3) Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado em obras públicas recentemente inauguradas, verificou-se que diversos prédios administrativos foram construídos sem rotas acessíveis, sinalização adequada ou sanitários adaptados para pessoas com deficiência.

Em sua defesa, o gestor responsável sustentou que tais adaptações poderiam ser implementadas futuramente, não sendo obrigatórias na fase inicial do projeto arquitetônico.

Com base nisso e à luz da Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta:

a) A adoção de medidas de acessibilidade é facultativa na fase de concepção dos projetos arquitetônicos, podendo ser implementada posteriormente, conforme disponibilidade orçamentária.

b) A acessibilidade constitui direito da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e deve garantir condições de vida independente e participação social.

c) O princípio do desenho universal somente deve ser aplicado quando expressamente previsto em legislação local.

d) As normas de acessibilidade aplicam-se apenas a edificações públicas, não alcançando edificações privadas de uso coletivo.

e) A verificação do cumprimento das normas de acessibilidade não integra o objeto de inspeções ou auditorias realizadas pelos órgãos de controle.

4) A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos, entre outros, a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Tal documento deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de

modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos mínimos obrigatórios conforme a Lei 14133/2021, exceto:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

b) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

c) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

d) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

e) justificativas para o parcelamento ou não da contratação.

5) João é servidor responsável pela condução de licitação destinada à aquisição de equipamentos de informática, adotando o critério de julgamento menor preço. Ao elaborar o edital, João fixou o prazo de 8 dias úteis entre a divulgação do edital e a data de apresentação das propostas.

Maria, que atua na assessoria jurídica do órgão, alertou que o edital sofreu alteração relevante em suas especificações técnicas após a primeira publicação, razão pela qual seria necessário observar novamente os prazos mínimos previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) O prazo inicialmente fixado por João está incorreto, pois licitações para aquisição de bens devem observar prazo mínimo de 15 dias úteis para apresentação de propostas.

b) O prazo inicialmente fixado por João está incorreto, pois licitações para aquisição de bens devem observar prazo mínimo de 10 dias úteis.

c) O prazo inicialmente fixado por João está correto, mas a alteração relevante no edital exige nova divulgação e reinício da contagem do prazo mínimo para apresentação das propostas.

d) A alteração do edital não exige nova contagem de prazo, independentemente de seu conteúdo.

e) O prazo inicialmente fixado por João somente seria válido se a licitação adotasse o critério de técnica e preço.

6) No ano de 2023, uma forte enchente atingiu a sede da Secretaria de Obras de um município do interior do Amazonas, destruindo fisicamente todos os processos licitatórios e comprovantes de pagamento originais do exercício anterior. O gestor comprovou que a destruição ocorreu por força maior, alheia à sua vontade, tornando impossível a reconstituição completa dos autos para o julgamento de mérito pelo TCE-AM.

Diante desse cenário, nos termos das normas processuais da Lei Orgânica do Tribunal, assinale a alternativa correta:

a) O Tribunal deverá proferir uma decisão definitiva de irregularidade das contas, uma vez que o ônus de guarda e conservação dos documentos é dever

personalíssimo e imprescritível do ordenador de despesas.

b) As contas deverão ser consideradas ilíquidas, o que ensejará uma decisão terminativa ordenando o trancamento das contas e o consequente arquivamento do processo.

c) Uma vez trancadas as contas por serem ilíquidas, o processo nunca mais poderá ser reaberto, garantindo-se a segurança jurídica e a quitação plena ao gestor pela impossibilidade material de prova.

d) O gestor será considerado revel se não apresentar cópias autenticadas de todos os documentos em 30 dias, independentemente da comprovação de caso fortuito ou força maior.

e) Se, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da decisão terminativa, não surgirem novos elementos, as contas serão consideradas encerradas, com baixa na responsabilidade do administrador.

7) Durante uma auditoria operacional em uma Secretaria de Estado, o Ministério Público de Contas (MPC) identifica que o modelo de contratação de serviços de tecnologia da informação está obsoleto e gerando custos acima da média de mercado, embora não haja dolo ou má-fé comprovada do secretário atual. O MPC propõe a celebração de um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) para regularizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de modernização.

Considerando as normas que regem o TAG na Lei Orgânica do TCE-AM, assinale a opção que apresenta uma condição ou restrição correta para a formalização deste ajuste:

a) A celebração do TAG é um ato exclusivo de iniciativa do gestor interessado ou do Tribunal, sendo vedada a proposição direta pelo Ministério Público de Contas para preservar sua função de fiscal da lei.

b) O TAG possui efeitos retroativos automáticos para

validar atos administrativos pretéritos que ampliaram direitos de terceiros, mesmo que tenha havido comprovada má-fé no ato original.

c) É expressamente vedada a assinatura de TAG em situações que configurem indícios de improbidade administrativa ou quando já houver processo com decisão definitiva irreversível sobre a matéria.

d) A assinatura do TAG não interrompe nem suspende a aplicação de multas ou sanções em curso, servindo apenas como uma carta de intenções para futuras gestões.

e) É permitida a celebração de TAG que implique na redução dos percentuais constitucionais mínimos de investimento em educação, desde que o montante economizado seja aplicado integralmente na área de saúde.

8) O Relator de um processo no TCE-AM, ao analisar uma representação que aponta indícios de superfaturamento em um contrato de saúde, verifica que a continuidade do pagamento poderá causar lesão irreparável ao erário. Diante da urgência e da plausibilidade do direito, o Relator decide, monocraticamente e sem a prévia oitiva da parte, sustar o ato impugnado. O jurisdicionado em questão é o Chefe do Poder Executivo Estadual.

Considerando as normas de tramitação de medidas cautelares estabelecidas na Resolução nº 03/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, assinale a alternativa correta:

a) Por se tratar de Chefe de Poder, a comunicação da decisão cautelar deve ser realizada obrigatoriamente pela Presidência do Tribunal, e não pelo próprio Relator prolator da decisão.

b) O despacho do Relator que concedeu a cautelar deverá ser submetido ao Plenário para revisão apenas se houver recurso da parte interessada, no prazo de 5 dias.

c) Uma vez adotada a medida cautelar sem oitiva prévia, o prazo para que a parte e terceiros interessados se pronunciem será de 5 (cinco) dias úteis.

d) Caso a comunicação da decisão seja feita por meio eletrônico, a contagem do prazo para a parte inicia-se somente após a remessa do documento original por via postal.

e) A Divisão de Expediente e Protocolo dispõe de até 24 horas após o protocolo para autuar o documento, caso o pedido de cautelar esteja facilmente identificado.

9) Considere a seguinte situação hipotética: o Governador do Estado do Amazonas, em resposta a uma crise climática severa, planeja criar o "Programa de Apoio Emergencial ao Ribeirinho", com ações de distribuição de mantimentos que não foram previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) em vigor. Para financiar o programa de forma perene, a assessoria jurídica sugere o envio de um projeto de lei que vincule 2% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a um fundo específico de Defesa Civil. Simultaneamente, o Estado negocia um empréstimo com a União e oferece, como garantia, as receitas próprias geradas por impostos estaduais.

Considerando as vedações e exceções estabelecidas no Artigo 159 da Constituição Estadual do Amazonas, assinale a alternativa correta:

a) O início do programa é permitido imediatamente, independentemente de inclusão na LOA, desde que o Governador comprove a urgência e a relevância social do atendimento à população ribeirinha.

b) A vinculação de parcela da receita de impostos (ICMS) ao fundo de Defesa Civil é válida, uma vez que a Constituição autoriza a vinculação de impostos a qualquer órgão ou fundo que trate de assistência social ou segurança pública.

c) A oferta de receitas próprias de impostos como garantia à União para a celebração de empréstimos é

inconstitucional, pois a vinculação de impostos é permitida exclusivamente para o pagamento de pessoal ativo e inativo.

d) É vedado o início do referido programa sem sua prévia inclusão na LOA, e a vinculação da receita do ICMS ao fundo de Defesa Civil é proibida, ressalvadas as destinações para saúde, ensino e atividades da administração tributária.

e) Programas não incluídos na LOA podem ser iniciados por meio de decreto suplementar, desde que a execução não ultrapasse um exercício financeiro, dispensando, nestes casos, a inclusão no Plano Plurianual (PPA).

10) No que tange ao conceito, abrangência e às espécies de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) O controle interno é exercido exclusivamente por órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo, sendo vedada a sua instituição nos âmbitos dos Poderes Legislativo e Judiciário, em razão do princípio da separação de poderes.

b) O controle de mérito é aquele que a Administração exerce sobre seus próprios atos para verificar a conformidade com o ordenamento jurídico, podendo resultar na anulação do ato caso seja identificada uma ilegalidade.

c) O controle externo, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, limita-se à verificação da legalidade e da legitimidade dos atos, não podendo adentrar na avaliação da economicidade ou eficiência da gestão.

d) Segundo a doutrina, o controle prévio (ou a priori) é aquele realizado durante a execução do ato administrativo, com o objetivo de corrigir desvios em tempo real antes da sua conclusão definitiva.

e) O controle social representa a fiscalização exercida pelos cidadãos e pela sociedade civil organizada sobre a gestão pública, sendo considerado uma modalidade de controle externo, embora não possua caráter técnico-

institucional.

BLOCO ESPECÍFICO – RESIDÊNCIA JURÍDICA

1) A teoria do poder constituinte originário estabelece que a nova Constituição inaugura uma nova ordem jurídica, rompendo com o sistema constitucional anterior. Todavia, para preservar a estabilidade normativa, admite-se que determinadas normas infraconstitucionais editadas sob a égide da Constituição anterior permaneçam válidas no novo ordenamento por meio do fenômeno da recepção.

À luz da teoria da recepção, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A recepção consiste no acolhimento, pela nova Constituição, de normas infraconstitucionais anteriores que sejam materialmente compatíveis com a nova ordem constitucional.

b) Para que uma norma seja recepcionada pela nova Constituição, exige-se que ela estivesse em vigor no momento do advento da nova ordem constitucional e que não tenha sido declarada inconstitucional sob a Constituição pretérita.

c) A análise da recepção exige compatibilidade material da norma infraconstitucional com a nova Constituição, sendo irrelevante a forma legislativa originalmente utilizada para sua edição.

d) Uma norma infraconstitucional incompatível com a Constituição anterior pode ser recepcionada pela nova Constituição caso seja materialmente compatível com o novo texto constitucional.

e) A recepção pode implicar alteração da hierarquia normativa originalmente atribuída à norma infraconstitucional, caso a nova Constituição exija forma legislativa diversa para disciplinar a matéria.

2) O Governador do Estado Alfa ajuizou ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal questionando lei municipal do Município Beta, alegando que a referida norma violaria diretamente dispositivos da Constituição Federal relacionados ao princípio da legalidade administrativa e ao regime jurídico dos servidores públicos. A petição inicial sustenta que, por se tratar de violação direta à Constituição Federal, o controle de constitucionalidade deveria ocorrer no STF, por meio da ADI. Considerando a sistemática do controle abstrato de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.

a) A ação direta de inconstitucionalidade é cabível no STF, pois qualquer lei municipal que viole a Constituição Federal pode ser impugnada diretamente por essa via.

b) A ação direta de inconstitucionalidade não é cabível no STF, pois leis municipais não podem ser objeto de ADI em face da Constituição Federal.

c) A ação direta de inconstitucionalidade somente seria cabível se proposta pelo Procurador-Geral da República.

d) A ação direta de inconstitucionalidade poderia ser proposta no STF apenas se a lei municipal tivesse sido editada após autorização legislativa da União.

e) A ação direta de inconstitucionalidade seria cabível no STF apenas se a lei municipal fosse impugnada em conjunto com lei estadual.

3) Considerando as disposições da Constituição Federal acerca do controle externo e da atuação dos Tribunais

de Contas, julgue os itens a seguir.

I – O controle externo da Administração Pública federal é exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República mediante parecer prévio que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

II – Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

III – As decisões do Tribunal de Contas que imputarem débito ou multa possuem natureza meramente administrativa e dependem de homologação judicial para produzir efeitos executivos.

IV – O Tribunal de Contas da União pode apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão.

V – Compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente atos e contratos administrativos considerados ilegais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

a) V – V – F – V – F

b) V – F – V – V – F

c) F – V – V – F – V

d) V – V – F – F – V

e) F – V – F – V – F

4) João é servidor público estadual e ocupa cargo efetivo de professor em universidade pública. Após alguns anos, foi aprovado em concurso público para outro cargo de professor em instituto federal de ensino, passando a acumular ambos os cargos, com compatibilidade de horários. Posteriormente, João foi aprovado em novo concurso público para o cargo de auditor fiscal da fazenda estadual, passando a exercer também essa função. Diante dessa situação, houve denúncia ao Tribunal de Contas do Estado, tendo sido instaurado processo próprio para analisar a legalidade da acumulação.

No curso da apuração, João alegou que ingressou no primeiro cargo público antes da Emenda Constitucional nº 20/1998, sustentando possuir direito adquirido à manutenção da acumulação de três remunerações. Considerando as disposições da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) A acumulação é integralmente válida, pois a Constituição admite a acumulação de dois cargos de professor e não estabelece limitação expressa quanto à existência de um terceiro vínculo público.

b) A acumulação é válida apenas se houver compatibilidade de horários entre todos os cargos, sendo irrelevante o número de vínculos públicos ocupados pelo servidor.

c) A acumulação é válida apenas se servidor optar entre os cargos, observando que a Constituição admite somente hipóteses específicas de acumulação dupla e sempre devendo haver compatibilidade de horários.

d) A acumulação é integralmente válida porque o cargo de auditor fiscal integra a administração fazendária, que possui precedência sobre os demais setores administrativos.

e) A acumulação é válida apenas se os três cargos forem exercidos em entes federativos distintos.

5) Considerando as disposições da Constituição Federal acerca do exercício de mandato eletivo por servidor público e do regime remuneratório dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

I – O servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional investido em mandato eletivo federal, estadual ou distrital deverá afastar-se do cargo, emprego ou função que ocupava anteriormente.

II – O servidor público investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo efetivo, podendo optar entre a remuneração do cargo público ou o subsídio do mandato eletivo.

III – O servidor público investido no mandato de Vereador poderá acumular a remuneração do cargo efetivo com o subsídio do mandato eletivo quando houver compatibilidade de horários.

IV – Os detentores de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, sendo admitida a percepção cumulativa de gratificações e adicionais previstos em lei.

V – É vedada a incorporação à remuneração do cargo efetivo de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

a) V – V – V – F – V

b) V – F – V – F – V

c) F – V – F – V – V

d) V – V – V – F – F

e) F – V – F – V – F

6) Carlos é servidor público efetivo de um Estado da Federação, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Após anos de contribuição, passou a

estudar as regras constitucionais de aposentadoria aplicáveis aos servidores públicos.

Durante essa análise, verificou que a Constituição Federal estabelece regras específicas quanto à natureza do regime previdenciário, às modalidades de aposentadoria e às hipóteses de critérios diferenciados para concessão de benefícios.

Com base exclusivamente nas disposições do art. 40 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) O regime próprio de previdência social dos servidores públicos possui caráter exclusivamente contributivo, sendo financiado apenas pelos servidores ativos.

b) A aposentadoria compulsória do servidor público ocorre obrigatoriamente aos 70 anos de idade, com proventos integrais.

c) É vedada qualquer forma de critério diferenciado para concessão de aposentadoria no regime próprio de previdência social.

d) A Constituição Federal permite que o servidor público receba mais de uma aposentadoria pelo regime próprio de previdência social, independentemente da natureza dos cargos exercidos.

e) A Constituição admite a fixação de idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, desde que previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

7) O partido político Movimento Democrático Popular (MDP) foi regularmente constituído, adquiriu personalidade jurídica na forma da lei civil e registrou seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral. Durante a análise das contas partidárias referentes ao exercício

financeiro anterior às eleições gerais, foram identificadas as seguintes situações:

I) o partido recebeu recursos financeiros provenientes de uma fundação estrangeira voltada à promoção de projetos políticos internacionais;

II) no relatório de prestação de contas, o partido informou ter encaminhado suas contas ao Tribunal de Contas da União, para fins de fiscalização dos recursos públicos recebidos;

III) foi constatado que apenas 3% dos recursos do fundo partidário foram destinados à promoção e difusão da participação política das mulheres;

IV) durante as eleições subsequentes, o partido não atingiu os requisitos constitucionais da cláusula de desempenho, mas conseguiu eleger alguns parlamentares para a Câmara dos Deputados.

Diante dessa situação e considerando exclusivamente as disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) O recebimento de recursos provenientes de entidade estrangeira é permitido, desde que haja transparência na prestação de contas e não haja subordinação política ao ente estrangeiro.

b) A prestação de contas do partido político deve ser realizada perante os Tribunais de Contas, em razão da natureza pública dos recursos recebidos pelos partidos.

c) A aplicação de apenas 3% dos recursos do fundo partidário em programas de incentivo à participação política das mulheres atende ao mínimo constitucionalmente exigido.

d) Caso o partido não alcance os requisitos da cláusula

de desempenho constitucional, os parlamentares eleitos pela legenda perderão automaticamente seus mandatos.

e) Ainda que o partido não atinja os requisitos constitucionais para acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita, os parlamentares eleitos mantêm seus mandatos e podem filiar-se a outro partido que tenha atingido tais requisitos sem perda do mandato.

8) Raimundo, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, analisava um processo de controle referente à concessão de aposentadoria de um servidor público estadual. No procedimento administrativo, verificou-se que o órgão de origem já havia expedido o ato de concessão do benefício e encaminhado o processo ao Tribunal de Contas para fins de registro e análise de legalidade.

Durante a instrução processual, surgiu dúvida entre os servidores acerca da natureza jurídica desse ato administrativo e do momento em que ele se aperfeiçoa.

Considerando a teoria dos atos administrativos e o entendimento consolidado da jurisprudência, assinale a alternativa correta.

a) A concessão de aposentadoria constitui ato administrativo simples, pois resulta da manifestação de vontade de um único órgão administrativo.

b) A concessão de aposentadoria constitui ato administrativo composto, uma vez que o Tribunal de Contas apenas homologa o ato praticado pela Administração.

c) A concessão de aposentadoria constitui ato administrativo complexo, aperfeiçoando-se apenas após o registro pelo Tribunal de Contas.

d) A concessão de aposentadoria constitui ato administrativo unilateral e perfeito desde a sua assinatura pela autoridade administrativa competente, sendo o registro pelo Tribunal de Contas mera formalidade.

e) A concessão de aposentadoria constitui ato administrativo discricionário, pois depende de juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

9) Durante auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas em contrato de concessão de transporte coletivo urbano, surgiram debates técnicos acerca da natureza jurídica dos serviços públicos e da possibilidade de delegação de sua execução a particulares.

Considerando o regime jurídico dos serviços públicos e as formas de sua prestação, analise as assertivas a seguir.

I. A delegação da prestação de serviço público a particulares, mediante concessão ou permissão, não implica transferência da titularidade do serviço, caracterizando hipótese de prestação indireta do serviço público.

II. Em razão da manutenção da titularidade do serviço público pelo Estado, mesmo quando delegada sua execução a particulares, o poder público conserva poderes de fiscalização, regulação e intervenção na prestação do serviço.

A respeito dessas assertivas, assinale a alternativa correta.

a) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II não justifica a I.

b) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.

c) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.

- d) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
e) As assertivas I e II são falsas.

10) Considerando a teoria do órgão, as características dos órgãos públicos e o regime jurídico da competência administrativa no direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

I. Os órgãos públicos são unidades integrantes da estrutura de uma mesma pessoa jurídica, nas quais se agrupam competências a serem exercidas por agentes públicos, razão pela qual não possuem personalidade jurídica própria.

II. Em regra, os órgãos públicos não possuem capacidade processual; todavia, determinados órgãos podem atuar em juízo para defesa de suas prerrogativas institucionais, hipótese em que se reconhece a denominada personalidade judiciária.

III. A delegação de competência implica transferência da titularidade da competência administrativa ao órgão ou agente delegado, razão pela qual o delegante deixa de poder exercer as atribuições delegadas.

IV. A avocação consiste na possibilidade de autoridade hierarquicamente superior trazer para si, em caráter excepcional e temporário, o exercício de competência atribuída a órgão ou agente hierarquicamente inferior.

V. A delegação de competência somente pode ocorrer entre órgãos ou agentes que mantenham relação de subordinação hierárquica direta, sendo vedada a delegação fora da linha hierárquica.

Assinale a alternativa correta:

- a) V – F – F – F – V
b) V – V – F – V – F
c) F – V – V – V – V

- d) V – V – F – F – V
e) V – V – V – V – F

11) O Tribunal de Contas de determinado Estado instaurou tomada de contas especial para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos por uma secretaria estadual. Paralelamente, a própria Administração instaurou processo administrativo interno para verificar a legalidade dos atos praticados pelos gestores responsáveis.

Durante a apuração, verificou-se que determinado ato administrativo apresentava vício de legalidade. Diante disso, a autoridade administrativa competente decidiu anulá-lo no exercício de seu poder de autotutela.

Considerando as formas de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A atuação do Tribunal de Contas caracteriza controle administrativo interno, enquanto a atuação da própria Administração constitui controle externo.

b) A atuação do Tribunal de Contas caracteriza controle externo, enquanto a anulação do ato pela própria Administração configura controle administrativo interno fundado no poder de autotutela.

c) Tanto a atuação do Tribunal de Contas quanto a anulação do ato pela Administração configuram controle judicial sobre a atividade administrativa.

d) O Tribunal de Contas exerce controle de mérito e pode substituir a decisão administrativa por outra que considere mais conveniente.

e) A Administração Pública somente pode revogar seus próprios atos, sendo vedada a anulação administrativa de atos ilegais.

12) Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas em determinado município, foram identificados indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos destinados à contratação de serviços de manutenção urbana. Em razão dos fatos, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra o secretário municipal responsável pelo contrato e contra a empresa privada que concorreu para a prática do ilícito.

No curso do processo, discutiu-se a natureza jurídica dos atos de improbidade administrativa e os sujeitos que podem ser responsabilizados nos termos da Lei nº 8.429/1992, especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021.

Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema, assinale a alternativa correta.

a) A prática de ato de improbidade administrativa pode ser atribuída tanto a agentes públicos quanto a particulares que induzam ou concorram dolosamente para a prática do ato ímprobo.

b) A configuração do ato de improbidade administrativa prescinde da demonstração de elemento subjetivo, sendo suficiente a comprovação da ilegalidade do ato administrativo.

c) Após a reforma promovida pela Lei nº 14.230/2021, apenas os atos culposos que causem dano ao erário continuam sendo considerados hipóteses de improbidade administrativa.

d) Apenas servidores públicos efetivos podem ser sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa, excluindo-se agentes políticos e particulares.

e) A condenação por ato de improbidade administrativa

gera automaticamente a perda definitiva dos direitos políticos do agente público.

13) A Lei nº 14.133/21 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa; e ainda os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública. Dito isto, assinale qual das alternativas abaixo não se aplica ao regime dessa Lei:

a) alienação e concessão de direito real de uso de bens.

b) locação.

c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.

d) contratos que tenham por objeto operação de crédito interno ou externo.

e) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

14) Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas em determinado Município, verificou-se que um prédio público anteriormente utilizado como escola municipal foi desativado por ato administrativo e passou a ser considerado disponível para futura alienação pelo ente público.

Diante dessa situação, analise as assertivas a seguir:

I – O imóvel anteriormente destinado ao funcionamento da escola municipal era classificado como bem público

de uso especial, por estar afetado à prestação de serviço público.

PORQUE

II – A retirada da destinação pública de um bem público caracteriza a desafetação, podendo ocorrer por lei, ato administrativo ou fato administrativo.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.
- b) As assertivas I e II são falsas.
- c) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.
- e) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

15) O Prefeito de determinado Município pretende realizar uma nova despesa pública destinada à construção de uma escola municipal. Durante reunião com a equipe técnica, foi informado de que tal despesa somente poderá ser executada se houver previsão no orçamento ou autorização legislativa específica para a realização do gasto público.

Considerando as normas constitucionais de Direito Financeiro, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal permite a realização de despesas públicas sem autorização legislativa sempre que houver interesse público relevante.
- b) A Administração Pública pode realizar despesas públicas independentemente de autorização legislativa, desde que haja disponibilidade financeira no caixa do ente público.
- c) A realização de despesas públicas depende

exclusivamente de decreto do Poder Executivo que autorize o gasto, independentemente de previsão no orçamento.

d) As despesas públicas podem ser realizadas livremente pelo Poder Executivo, desde que posteriormente sejam incluídas na lei orçamentária anual.

e) A realização de despesa pública depende de prévia autorização legislativa, que pode decorrer da lei orçamentária ou da abertura de créditos adicionais.

16) À luz da Constituição Federal e das normas gerais de Direito Financeiro, julgue os itens a seguir:

I – É vedada a edição de medida provisória para tratar de planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento.

II – A Constituição Federal admite a edição de medida provisória para abertura de créditos extraordinários destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

III – A abertura de créditos extraordinários depende necessariamente de lei complementar aprovada pelo Poder Legislativo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) V – V – F
- b) V – F – V
- c) F – V – F
- d) V – V – V
- e) F – F – F

17) O Município Alfa contratou empresa especializada para realizar a manutenção do sistema de iluminação pública. Após verificar que havia dotação orçamentária disponível na Lei Orçamentária Anual, a autoridade competente determinou a reserva de parte do crédito orçamentário para garantir o pagamento do contrato firmado com a empresa.

De acordo com as normas de direito financeiro e com a Lei nº 4.320/1964, o ato administrativo descrito no caso corresponde à fase da despesa pública denominada:

- a) inversão financeira.
- b) liquidação.
- c) empenho.
- d) arrecadação.
- e) pagamento.

18) A respeito da classificação econômica das despesas públicas prevista na Lei nº 4.320/1964, analise as seguintes assertivas:

I – As despesas correntes são aquelas destinadas à manutenção das atividades do Estado, não implicando aumento do patrimônio público.

PORQUE

II – As despesas correntes abrangem despesas de custeio e transferências correntes, como pagamento de pessoal, juros da dívida pública e pagamento de pensões.

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
- b) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- c) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.
- e) As assertivas I e II são falsas.

19) Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, constatou-se o comprometimento de 96% do limite de despesa com pessoal previsto para o Poder Executivo estadual, considerando a receita corrente líquida do período de apuração.

Apesar disso, o governador encaminhou projeto de lei prevendo reestruturação de carreira com aumento remuneratório, além de autorizar a realização de concurso público para provimento de novos cargos administrativos.

Diante da situação, o Tribunal de Contas foi instado a avaliar a compatibilidade dessas medidas com a Lei de Responsabilidade Fiscal. À luz da LRF, assinale a alternativa correta.

a) As medidas são compatíveis com a LRF, pois a vedação à criação de cargos e ao aumento de remuneração somente ocorre quando o limite máximo de despesa com pessoal é ultrapassado.

b) As medidas são incompatíveis com a LRF apenas se o ente federativo permanecer acima do limite máximo por mais de dois quadrimestres consecutivos.

c) As medidas são compatíveis com a LRF, pois a reestruturação de carreira não se submete às restrições do limite prudencial.

d) As medidas são incompatíveis com a LRF, pois, ao atingir mais de 95% do limite de despesa com pessoal, passam a incidir vedações como criação de cargos, alteração de carreira que implique aumento de despesa e provimento de cargos públicos.

e) As medidas são compatíveis com a LRF, pois a realização de concurso público não se enquadra nas restrições impostas quando o limite prudencial é ultrapassado.

20) O Tribunal de Contas Estadual constatou que o Estado celebrou convênio para transferir recursos a um Município a título de cooperação financeira para execução de obras de infraestrutura urbana. Entretanto, verificou-se que o Município beneficiário não comprovou estar em dia com a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Estado, nem demonstrou a observância dos limites de despesa com pessoal.

Diante da situação, o Tribunal de Contas questionou a regularidade da transferência realizada.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as assertivas a seguir:

I – A transferência realizada caracteriza transferência voluntária, pois consiste na entrega de recursos de um ente da Federação a outro a título de cooperação financeira que não decorre de determinação constitucional ou legal.

PORQUE

II – A realização de transferência voluntária exige, entre outros requisitos, que o ente beneficiário comprove estar em dia com a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, sendo prescindível a observância dos limites relativos à despesa total com pessoal.

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
- b) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- c) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.
- e) As assertivas I e II são falsas.

PROVA DISCURSIVA

Segundo o Tribunal de Contas, o prefeito atuou diretamente como ordenador de despesas, sendo responsável pela autorização e execução dos pagamentos que geraram prejuízo ao erário.

Ao analisar o caso, o juiz responsável identificou que a matéria foi recentemente enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal.

a) À luz do sistema constitucional de controle externo e da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 982, esclareça se os Tribunais de Contas possuem competência para julgar contas de gestão de prefeitos que atuem como ordenadores de despesas, distinguindo essa hipótese do julgamento das contas de governo. Justifique sua resposta.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

[illegible]

O servidor Manoel, responsável pela fase preparatória, decidiu não realizar procedimento de intenção de registro de preços, alegando que a contratação atenderia exclusivamente à Secretaria de Infraestrutura.

Durante a análise do pedido, a servidora Margarida, integrante da assessoria jurídica do órgão gerenciador, apontou que a adesão pretendida poderia ultrapassar os limites quantitativos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Diante do caso apresentado e à luz do regime jurídico do Sistema de Registro de Preços previsto na Lei nº 14.133/2021, responda aos itens a seguir.

RASCUNHO: _____

b) Analise a possibilidade de adesão à ata de registro de preços pelo Município de Bela Serra na condição de órgão não participante, indicando os requisitos legais para essa adesão e os limites quantitativos aplicáveis, conforme a Lei nº 14.133/2021. Justifique sua resposta.

RASCUNHO: _____

